



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

No dia 09 de abril de 2025, o Conselho da Cidade do Recife, reuniu-se no Auditório do COMPAZ Dom Helder Câmara - Rua Lourenço de Sá, 140, Ilha Joana Bezerra, Recife - PE (participação presencial) e através da plataforma Google Meet (participação online apenas para conselheiros/as), além da transmissão ao vivo pelo Canal do Youtube da TV Urbana Recife (<https://www.youtube.com/watch?v=7bSVcMQZI4M&t=11s>), para realizar a 23ª Reunião Ordinária. Com o quórum devidamente formado e com a presença de 40 conselheiros (as) entre titulares e suplentes, participando de forma presencial e online, cujos nomes estão relacionados no final desta ata, deu-se início a reunião.

Abertura da reunião. O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Presidente do Conselho da Cidade, Sr. Felipe Martins Matos, deu início à reunião dando boas-vindas aos participantes, tanto presenciais quanto online. Após verificação de áudio e confirmação de presença, foi registrado o atraso de aproximadamente 50 minutos no início da sessão, motivado por uma visita técnica às obras do Programa Promorar. A visita contemplou o Complexo de lazer da Vila do Papel sob o viaduto Capitão Temudo/Joana Bezerra, e o Habitacional adjacente ao complexo. Ressaltou que foi feito convite a todos (as) os (as) conselheiros (as) interessados em participar desse momento. Informou que a reunião está sendo transmitida ao vivo pelo canal do YouTube TV Urbana Recife e também promovendo a participação dos conselheiros (as) de forma híbrida, presencial e online, pelo Google Meet. Saudou os participantes da mesa diretora a **Sra. Mariana Asfora**, Presidente do Instituto da Cidade Pelópidas da Silveira, **Sr. Felipe Curi**, Secretário de Habitação do Recife, e a **Sra. Beatriz Menezes**, Secretária Executiva do Promorar Recife. Em seguida, apresentou a pauta da reunião: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Apresentação ProMorar; 3. Apresentação da Minuta do Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS; 4. Informes. Antecipou sobre o item 3 da pauta, esclarecendo que a apresentação possui caráter exclusivamente informativo, sem deliberação prevista nesta reunião. Esclareceu que o objetivo é



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

proporcionar aos conselheiros o mesmo nível de conhecimento que está sendo compartilhado com a sociedade civil em outras ocasiões.

Item 1 - Aprovação da ata da reunião anterior. O Secretário Felipe Matos (SEDUL) perguntou se havia alguma objeção ou comentário a respeito da Ata da 22ª Reunião. Não havendo manifestações, considera-se aprovada a Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade. Em seguida, deu posse aos novos membros do Conselho da Cidade do Recife: **Sr. José Rosival Ribeiro dos Santos, como suplente** da Secretaria de Habitação do Recife; **Sra. Simone Osias, como suplente** da Secretaria de Saneamento do Recife; **Sr. Márcio Silva Miranda, como suplente** da SECOVI/PE - Sindicato da Habitação de Pernambuco, e **Sra. Bernadete Alves dos Santos, como suplente** do CEPAS - Centro de Ensino Popular e Assistência Social de Pernambuco Santa Paula Frassinette.

Item 2 – Apresentação do Programa Promorar. Foi iniciado o segundo item da pauta, com a apresentação do Programa Promorar. Para isso, foi convidada a equipe do gabinete do Promorar. **O Secretário Felipe Matos (SEDUL)**, antes de passar a palavra, lembrou aos conselheiros que essa apresentação é resultado de um pedido formalizado durante a 22ª reunião, em que foi solicitado maior detalhamento sobre o Promorar. Foi destacado que, apesar do porte e do impacto do programa, essa é a primeira vez que o Promorar está sendo apresentado ao Conselho da Cidade. O presidente expressou satisfação em corrigir essa lacuna e proporcionar o conhecimento necessário para que os (as) conselheiros (as) se sintam parte do processo — tanto nos aspectos positivos quanto nas críticas construtivas. A palavra foi, então, passada à **Sra. Beatriz Menezes, Secretária Executiva do Promorar Recife**, responsável por conduzir a apresentação técnica, que iniciou sua fala agradecendo o espaço e reforçando sua participação desde a concepção do programa, destacando que é engenheira civil, que atualmente está como Secretária Executiva do Promorar Recife e atuou na elaboração do Programa



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 09 de abril de 2025

e na captação de recursos; Iniciou a apresentação do programa ressaltando sua importância histórica para a cidade.



Esclareceu para quem não participou da visita técnica presencial, uma informação importante: disponibilizamos um óculos de realidade virtual com a colaboradora Bárbara, que se encontra ali no local. Quem tiver interesse pode realizar uma visita virtual à obra utilizando o equipamento, que estará acessível durante a reunião. Em seguida, iniciou-se a explanação técnica do Programa. Contextualizou o surgimento do Programa Promorar, destacando que sua criação teve como objetivo responder a uma grave problemática enfrentada diariamente pela cidade do Recife: os riscos ambientais associados tanto a alagamentos quanto a deslizamentos de encostas. Explicou que Recife é uma cidade que enfrenta dois dos principais riscos ambientais do nosso tempo: as grandes planícies estuarinas, suscetíveis a alagamentos, e os morros de base sedimentar, sujeitos a deslizamentos de terra. **Apresentou o histórico e estruturação do Programa**, que começou a ser desenhado ainda em janeiro de 2021, com a compreensão, por parte da gestão municipal, de que seria necessário captar um volume inédito de recursos financeiros para enfrentar os riscos ambientais e climáticos. Também foi reconhecida a importância de contar com o apoio de uma instituição financeira internacional, que oferecesse não apenas recursos, mas também suporte técnico especializado, típico de um banco de desenvolvimento. Para isso, a Prefeitura adotou medidas de ajuste fiscal e organizacional com o objetivo de adquirir capacidade de endividamento e se



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 09 de abril de 2025

habilitar para a obtenção de financiamento internacional. Nesse contexto, um dos primeiros insumos técnicos utilizados foi o Atlas do Recife, que identifica 545 comunidades de interesse social. O estudo, originalmente publicado em 2014, passou por recente atualização conduzida pela Secretaria de Saneamento, onde apresenta as comunidades de interesse social caracterizadas por: baixa cobertura de serviços públicos, infraestrutura precária, renda reduzida, vulnerabilidade das edificações, maior exposição a desastres naturais. Com base nesse levantamento, iniciou-se a estruturação de um programa de requalificação urbana com foco na urbanização integrada de 40 comunidades de interesse social. **Explicou sobre a reformulação do Pós-Desastre Climático.** Durante a finalização do desenho do programa, em 2022, o Recife foi impactado por fortes chuvas decorrentes das chamadas ondas de leste, resultando em um dos maiores desastres climáticos da história recente da cidade. A bacia do Rio Tejió destacou-se como epicentro da crise, evidenciando que a mudança climática não era mais uma ameaça futura, mas uma realidade presente. Diante desse cenário, o programa foi ampliado e reformulado, consolidando-se como o Promorar. Pela primeira vez, a Prefeitura do Recife incluiu, dentro de um único programa, componentes de urbanização integrada voltados diretamente para a mitigação de desastres e melhoria da infraestrutura urbana nas áreas mais vulneráveis.





Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Apresentou também a estrutura e os pilares do Programa, que tem duração prevista de 6 anos, contados a partir da assinatura do contrato de crédito, em 15 de maio de 2023, com Investimento de US\$ 260 milhões (crédito internacional), US\$ 65 milhões (contrapartida municipal), totalizando Total: US\$ 325 milhões. Explicou que o Programa está estruturado em três grandes pilares: Requalificação, Resiliência e Inovação. O objetivo central é salvar vidas, atuando em duas frentes principais: Morro: contenção de encostas e reassentamento em áreas de risco, em parceria com a URB; e Áreas alagáveis: obras estruturais de drenagem, infraestrutura e habitação. Destacou que, embora os deslizamentos em áreas de morro sejam amplamente reconhecidos como letais, as áreas de alagamento também representam riscos significativos, inclusive com impactos sobre a saúde pública. Objetivos Específicos: Ampliar o acesso à infraestrutura e equipamentos públicos nas áreas vulneráveis; Reduzir riscos de alagamento e deslizamento; Aumentar a capacidade da Prefeitura de atuar em eventos climáticos, com ações de prevenção e resposta rápida. **Explicou sobre o conceito de urbanização integrada**, central ao Promorar, que busca romper com a atuação fragmentada dos órgãos públicos. Ao invés de intervenções isoladas, o programa atua com abastecimento de água, saneamento, pavimentação, drenagem, lazer, capacitação, geração de renda e melhorias habitacionais – tudo de forma coordenada, com destaque para a atuação direta do programa nas residências para garantir: Ligação domiciliar ao sistema de esgotamento sanitário; A destinação correta dos resíduos líquidos; A funcionalidade do sistema de abastecimento. Ressaltou sobre o reassentamento e soluções Habitacionais, onde embora o programa priorize manter as famílias em seus locais de origem, em alguns casos é necessário o reassentamento, especialmente em áreas onde não é possível evitar o alagamento, independentemente da intervenção feita. Para esses casos, foram elaboradas novas modalidades habitacionais, incluindo: Compra assistida; Reassentamento por permuta; Indenização de benfeitorias; e, Oferta de unidades habitacionais. Essas medidas estão em fase de tramitação e serão submetidas à Câmara Municipal. Explicou também sobre Critérios de Seleção das Comunidades, que atua em 40 das 545 comunidades de



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 09 de abril de 2025

interesse social identificadas pelo Atlas do Recife (2014, com atualização em curso). A seleção dessas comunidades foi feita com base em critérios técnicos: Grau de precariedade da infraestrutura urbana; Planejamento da ampliação do sistema de esgotamento sanitário da COMPESA – respeitando a necessidade de conexão com estações de tratamento; Concentração de domicílios precários (mapa de calor da Secretaria de Habitação); Risco de inundações e deslizamentos; Índices de CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais), como critério secundário. Informou que as seguintes obras estão em andamento: Irmã Dorothy, Aritana, Nova Esperança e Beira da Maré e Vila do Papel (visitada pelos conselheiros). Essas comunidades juntas se identificam como “Comunidade do Bem”. E, as obras que estão próximas de serem licitadas: Vila Brasil, Dancing Days, Sítio das Mangueiras e Ayrton Senna. Destacou que Dancing Days não é saneada, apesar de estar localizada ao lado de uma das maiores estações de tratamento de esgoto do Recife, mas receberá esgotamento sanitário com as novas obras. Também apresentou as comunidades que estão com Projetos em andamento: Beira do Rio, Areinha, Coelhos, Jardim Uchôa, Ximboré e Beira do Rio.





Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Ressaltou sobre a Participação Social e Metodologia de Cocriação. Explicou que, embora o Promorar seja visto como um programa de infraestrutura, ele é essencialmente um programa social. A equipe social foi a primeira a ser totalmente formada, coordenada por Livia Paixão, que já atuava no projeto antes mesmo da assinatura do contrato. A metodologia envolve: Apresentação à comunidade, Oficinas de cocriação (com crianças, mulheres, idosos, jovens, e outros grupos específicos), Participação da projetista nas oficinas, Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRU), Desenvolvimento dos projetos conceitual e básico, Validação comunitária e Formação de comissões de acompanhamento de obras. Explicou que após a entrega das obras, inicia-se a fase de gestão compartilhada dos equipamentos. O objetivo é que a comunidade se sinta pertencente ao espaço e contribua para sua manutenção e sustentabilidade. A equipe social do Promorar só se retira quando a comunidade demonstra esse senso de pertencimento. Informou que no processo de Participação Social, na etapa de Aproximação, cerca de 1.400 pessoas foram apresentadas ao programa e cerca de 360 referências e lideranças comunitárias engajadas no processo; na etapa de Cocriação, foram realizadas 45 oficinas de criação coletiva realizada em 7 áreas, com mais de 1.500 participações durante as oficinas; na etapa de Validação foram realizadas 12 consultas públicas para validação de projetos e documentos socioambientais, com mais de 1.600 participações durante as consultas. Na etapa de Acompanhamento de Obras, foram instalados nas comunidades Escritórios Sociais, onde existem 3 em funcionamento nas comunidades com obras em andamento. **Apresentou também componentes de ações preventivas como as obras de macrodrenagem na bacia do Rio Tejipió**, que é composta por três rios: Tejipió, Jiquiá e Moxotó; e a implementação de parques lineares nas margens dos rios. Destacou que o Rio Tejipió, diferentemente do Capibaribe, é um rio predominantemente municipal, com 20 dos seus 22 km situados em Recife. Os dois quilômetros restantes atravessam os municípios de São Lourenço da Mata e Jaboatão dos Guararapes. Pontuou que o grande desafio é o fato de que, ao contrário do Capibaribe, não é possível construir barragens para contenção da água ao longo do Tejipió, pois estas teriam que ser



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 09 de abril de 2025

instaladas dentro da malha urbana de Recife, o que inviabiliza sua implementação. Explicou sobre o evento crítico ocorrido em 28 de maio de 2022, quando fortes chuvas geraram uma quantidade de água significativa na bacia. Destacou-se o papel da linha do metrô, que por ser elevada e não subterrânea, atuou como uma espécie de barragem, limitando o escoamento da água e agravando os alagamentos nas áreas adjacentes, como Jardim Uchôa — uma das regiões mais afetadas, com lâmina d'água superior a 1,80 m que levou até uma semana para escoar completamente. O referido evento coincidiu com maré elevada e precipitação significativa na região do interior. O Rio Capibaribe, através de um braço artificial construído para escoamento, também dificultou a saída da água do Tejipió, contribuindo para o agravamento da situação. Então, como é um problema muito complexo, a gestão municipal iniciou muitos estudos para entender como resolver. Iniciou-se em 2022 a construção de um modelo hidrológico e hidrodinâmico da bacia, utilizando dados de estações meteorológicas do CEMADEN e, posteriormente, complementado por nove sensores instalados ao longo da bacia para medir níveis d'água. A partir da validação desse modelo, foi possível simular diferentes cenários de chuva e planejar intervenções com o objetivo de reduzir o impacto dos alagamentos, priorizando soluções que diminuíssem o número de reassentamentos necessários. Destacou-se que o modelo se mostrou altamente confiável, apresentando resultados muito próximos da realidade observada em campo, inclusive durante eventos recentes como o de 24 de maio de 2023.





Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 09 de abril de 2025

Informou que em novembro de 2023, foi realizado um Hackathon multidisciplinar com especialistas nacionais e internacionais, com destaque para a participação de profissionais holandeses e o engenheiro Carlos Tucci. O evento possibilitou a troca de experiências e formulação colaborativa de soluções, a partir de visitas técnicas e compreensão da realidade local. Enfatizou que os holandeses puderam entender os desafios específicos da cidade do Recife, como a limitação orçamentária e o déficit habitacional, fatores ausentes na realidade europeia.



Sobre os estudos da Macro drenagem da Bacia do Rio tejió, pontuou que o modelo hidrológico permitiu simular com precisão o comportamento da bacia e indicou, por exemplo, que em alguns pontos, mesmo sem chuvas, alagamentos ocorrem devido ao refluxo da maré nos canais, como na Av. Mascarenhas de Moraes. O estudo também incorporou os efeitos das mudanças climáticas, considerando projeções de aumento do nível do mar e da intensidade das chuvas, com o apoio técnico de consultoria espanhola contratada pelo BID. Como resultado, já foram iniciadas diversas intervenções: Conclusão de 850 metros de dragagem e alargamento do Rio Tejió, no bairro do Barro; Execução de três reservatórios sob pavimento na Av. Mascarenhas de Moraes; Construção do segundo parque alagável da cidade, também no bairro do Barro; Projeto em andamento para construção de um dique em D'Ávila, que, apesar da denominação, funcionará como uma ciclovia



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 09 de abril de 2025

elevada com contenção de 40 cm, apoiada por gabião estrutural de 2,20 m de altura. Explicou que soluções como diques podem assumir formas discretas e adaptadas ao meio urbano — como ciclovias, vias marginais ou contenções ajardinadas, e não necessariamente grandes estruturas como as adotadas em países como a Holanda. No tocante à urbanização e contenção de encostas, foram concluídas 20 obras em parceria com a URB, duas em andamento e 23 contratadas, totalizando cerca de R\$ 85 milhões em investimentos.

Ações Previstas Componente 02

Realização de obras de contenção de encostas em áreas com alto risco de deslizamento



Obras de Macro drenagem em execução



Dragagem Rio Tejupá (850m)
Valor da Obra: 4,86 milhões
Obra concluída: março/25

03 Reservatórios sob o pavimento
Avanço: 25%
Valor da Obra: 1,07 milhões
Previsão de Conclusão: setembro/25

Parque Linear Alagável do Barro
Avanço: 65%
Valor da Obra: 3,5 milhões
Previsão de Conclusão: setembro/25

Obras de Encostas em execução



Lote 14 - 4 encostas
Valor da Obra: 5,5 milhões
Previsão de Conclusão: mar/25

Lote 15 - 7 encostas
Valor da Obra: 6,2 milhões
Data de Conclusão: set/24

Novo Lote 01 - 2 encostas
Valor da Obra: 3,9 milhões
Data de Conclusão: out/24

Novo Lote 02 - 5 encostas
Valor da Obra: 7,5 milhões
Data de Conclusão: jun/24

Novo Lote 03 - 2 encostas
Valor da Obra: 1,5 milhões
Previsão de Conclusão: mar/25

Novo Lote 04 - 2 encostas
Valor da Obra: 1,1 milhões
Data de Conclusão: jun/24

Obras de Encostas em execução



Novo Lote 20 - 8 encostas
Valor da Obra: 35,4 milhões
Previsão de Conclusão: ago/26

Novo Lote 21 - 5 encostas
Valor da Obra: 39,1 milhões
Previsão de Conclusão: fev/27

Novo Lote 22 - 13 encostas
Valor da Obra: 16,0 milhões
Previsão de Conclusão: mar/26

No componente de monitoramento e alerta, estão sendo implantados sistemas integrados com o Centro de Operações do Recife (COP), com foco na gestão de risco e prevenção de desastres. O programa Promorar iniciou oficialmente em 15 de maio de 2023 e seguirá até 15 de maio de 2029. Ressaltou-se, no entanto, que as estruturas implantadas permanecerão como legado permanente para a cidade. Os parques serão geridos pela Emlurb e os sistemas de monitoramento, pelo COP. No



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

âmbito habitacional, destacaram-se os programas “Locação Social”, já em andamento, e “Moradia Primeiro” (Housing First), voltado para a população em situação de rua, sendo Recife uma das pioneiras no Nordeste a implementá-lo. Ao final, reiterou que o objetivo do Promorar é promover transformação urbana com foco em resiliência, dignidade e qualidade de vida, respeitando as comunidades e suas formas de organização. Como exemplo, foi citada a experiência da comunidade Moravia em Medellín, na Colômbia, onde a urbanização respeita a identidade das comunidades sem descaracterizá-las. Apresentou os resultados esperados do programa:

- Retirada de 3.000 famílias de áreas com riscos de alagamentos ou deslizamentos;
- Urbanização integrada de 40 comunidades de Interesse Social (com 24 já em projeto);
- Redução de 50% no volume de alagamentos da bacia do Tejipló (em alguns pontos, de 1 metro para 10 cm de lâmina d’água);
- Redução de 40% dos pontos de risco (níveis 3 e 4 segundo a Defesa Civil);
- Benefício direto ou indireto a mais de 500.000 habitantes.

Beatriz Menezes (Promorar) finalizou a apresentação reforçando que a construção da resiliência urbana é um processo coletivo, que envolve poder público, sociedade civil, setor técnico e comunicação. O Promorar é reflexo desse esforço conjunto.

O Presidente Felipe Matos (SEDUL), agradeceu a apresentação e passou a palavra ao Plenário do Conselho para as devidas colocações dos (as) Conselheiros (as). **Profa. Danielle Rocha (UFPE)** parabenizou a apresentação realizada e ao próprio Programa Promorar, reconhecendo-o como uma iniciativa inédita na área de habitação, especialmente por ter sido solicitado diretamente pela Prefeitura ao



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Banco Mundial. Destacou-se que, diferentemente de programas anteriores como o PAC e o BID, que contavam com a intermediação do governo federal, o Promorar é viabilizado graças à capacidade de endividamento do município do Recife — uma situação considerada privilegiada em relação a outros municípios brasileiros. Pontuou que Recife tem uma Política Pública de habitação estruturada no PREZEIS. Entende que o Promorar tem relações comunitárias com os moradores. No entanto, dentro da Prefeitura, não se percebe uma articulação clara voltada ao fortalecimento dos sistemas de gestão comunitária através das COMUL/PREZEIS (Comissões de Urbanização e Legalização). Tomando como exemplo a comunidade de Jardim Uchôa — área histórica e objeto de intervenções e planos urbanísticos anteriores —, questiona-se por que não se adota um modelo de gestão comunitária consolidado pela legislação do PREZEIS, que é pioneiro no Recife. Obras continuam sendo realizadas em morros e áreas de planície sem o devido fortalecimento dessas estruturas de gestão. Outra questão levantada foi sobre comunidades como a Vila Brasil e outras que ainda não são classificadas como ZEIS. Indagou-se se o programa está prevendo a transformação dessas áreas e como esse processo ocorrerá. **Giancarlo dos Lírrios (MLRT-PE)** perguntou sobre os critérios de seleção de comunidades para inclusão no Promorar. Citou o exemplo da comunidade do Jiquiá, especialmente a área da Vila Holanda, que sofre com inundações e falta de ações do poder público. Apesar de parte da comunidade já ter recebido obras de pavimentação e drenagem, a outra parte — a mais atingida pelas chuvas — permanece sem atendimento. A dificuldade enfrentada pelos moradores para conseguir auxílios e realizar a limpeza do canal local foi ressaltada, assim como a importância dos pescadores da região nesse processo. Questiona-se como a comunidade pode ser incluída no Programa, considerando problemas como a ponte do Siri, que alaga com poucos minutos de chuva. **Ladjane (SEMUL)** destacou o impacto positivo do Promorar, sobretudo considerando o contexto das mudanças climáticas e a resposta rápida do Recife diante das chuvas de 2022, especialmente após a pandemia. Ressaltou a importância do trabalho realizado em conjunto com a equipe social do programa, especialmente nas oficinas e escutas com mulheres. A



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Secretaria da Mulher atua com foco em prevenção e enfrentamento da violência, autonomia econômica, empoderamento e bem viver. As oficinas têm possibilitado reflexões importantes sobre o uso e a preservação do território, reforçando que a obra física, por si só, não garante sustentabilidade se não houver mudança de comportamento e consciência ambiental por parte dos moradores. As oficinas com mulheres têm tido papel fundamental nesse processo. **Beatriz Menezes (Promorar)** iniciou os esclarecimentos. Informou que existe articulação do Promorar por meio da coordenação do PREZEIS, onde há orientação para envio de Ofícios pelas COMUL/PREZEIS, de forma coletiva para melhor organização e resposta por parte da gestão. Há também integração com projetos preexistentes na URB e PREZEIS, cujas premissas estão sendo atualizadas com base em novas modelagens hidrológicas e hidrodinâmicas. No caso de Jardim Uchôa, por exemplo, a urbanização completa da comunidade não é viável devido à presença de áreas alagáveis. Nesses casos, é essencial a atuação da equipe social na comunicação com os moradores, especialmente sobre realocações, pois muitos moradores querem ficar, mas não podem por causa dos alagamentos. Por isso, também existe um esforço no sentido de fazer levantamento de terrenos, realizado em parceria com os moradores, com o objetivo de manter os reassentamentos dentro da própria comunidade. Em relação às áreas que não são ZEIS informou que é necessário transformar. Exemplificou que a Vila Brasil, é uma comunidade que será transformada em ZEIS e será a primeira a receber intervenção do Promorar. O projeto já está concluído e em fase de licitação. Todas as comunidades que receberão intervenções do programa serão transformadas em ZEIS, e a regularização fundiária será realizada em parceria com a SEDUL, através do Programa “Casa é Sua”. Sobre o caso específico da comunidade do Jiquiá, foi esclarecido que a área não atende aos critérios técnicos exigidos pelo programa, em especial quanto à inexistência de um sistema de esgotamento sanitário da COMPESA com previsão de finalização compatível com os prazos do Promorar (prevista apenas para 2035). Apesar disso, a gestão reconhece a importância da



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

área e permanece em diálogo para buscar outras possibilidades de atendimento. Reforçou a importância do Promorar como um programa multidisciplinar que articula diversas Secretarias, inclusive com ações específicas da Secretaria da Mulher, como o projeto "Caminhos Seguros para Mulheres", já em execução em áreas como a Vila do Papel. **Bernadete Alves dos Santos (CEPAS)** enfatizou a necessidade de fortalecer as associações comunitárias, ressaltando sua importância histórica na interlocução entre população e gestão pública, e o papel das mulheres nesse novo momento. Defendeu-se um trabalho intensivo de educação ambiental, começando pelas escolas, creches e espaços públicos, para garantir que as intervenções físicas sejam sustentáveis. Citou o projeto "Se Essa Rua Fosse Minha", da CPAS, voltado à educação ambiental com crianças e adolescentes, como exemplo de proposta que aguarda apenas apoio institucional. Mencionou o impacto negativo da recente reorganização do sistema de transporte público da cidade sobre as comunidades da Zona Oeste, que ficaram desassistidas com a retirada de linhas internas. Solicitou-se atenção à mobilidade urbana interna, inclusive em relação ao acesso a equipamentos como o Hospital da Mulher, que atualmente carece de transporte acessível e seguro. Destacou o compromisso de continuidade do diálogo entre poder público e comunidades, visando garantir a efetividade e a permanência das ações do Promorar. **João José (MLPC/PE)** destacou a importância de se discutir a política pública de educação ambiental como um eixo estruturante e permanente da gestão urbana. Ressaltou que a política de educação precisa ser tratada com a mesma seriedade que programas federais, como o "Minha Casa, Minha Vida", defendendo que as ações não se limitem a programas pontuais, mas se consolidem como políticas de Estado. Criticou a descontinuidade de políticas públicas a cada mudança de governo e alertou que, sem uma abordagem estrutural e duradoura, corre-se o risco de Recife não existir mais como a conhecemos, devido às sucessivas crises ambientais. Solicitou maior atenção à integração entre as políticas públicas, especialmente entre habitação, saneamento, saúde, meio ambiente e planejamento urbano. Criticou a desarticulação entre as Secretarias, dando como exemplo os alagamentos recorrentes na Avenida Norte, que causam transtornos



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

severos à população. **Maria Lúcia (MNLN/PE)** criticou a forma como as lideranças comunitárias vêm sendo tratadas. Lembrou que antigamente as associações de moradores eram respeitadas, convocadas para reuniões e ouvidas pelo poder público, o que, segundo ela, deixou de ocorrer. Expressou preocupação com a possível retomada do interesse pelas lideranças apenas em períodos eleitorais. Questionou ainda sobre a construção de uma nova Unidade de Saúde da Família (PSF) na região, buscando esclarecimentos sobre se o equipamento será de fato construído ou se será mais uma unidade com funcionamento precário, como tantas outras. Demonstrou entusiasmo à inclusão da Avenida Dois Rios no escopo do Promorar, dado que essa via é crítica para a mobilidade do Ibura e frequentemente sofre com alagamentos. Reivindicou ações mais concretas no Ibura, especialmente quanto à dragagem e limpeza de canais, mencionando o exemplo do Riacho Três Carneiros, que há anos não passa por manutenção adequada e cuja jurisdição é disputada entre Recife e Jaboatão, em detrimento da população local. Defendeu a retomada das ações de educação ambiental e de integração comunitária, como ocorria no passado, por meio de parcerias com a EMLURB, a URB e a Secretaria de Meio Ambiente, citando experiências exitosas de conscientização e capacitação promovidas em clubes de mães e associações. Concluiu sua fala propondo que a gestão retome as estratégias de diálogo e parceria com as comunidades, como ferramenta indispensável para o sucesso das políticas públicas e preservação dos investimentos. Na sequência, **Beatriz Menezes (Promorar)**, fez alguns destaques respondendo aos conselheiros (as):

- O programa Promorar contempla ações de educação ambiental e sanitária como pilares fundamentais, com uma equipe técnica dedicada a esse eixo dentro do trabalho social;
- Está sendo construída uma Unidade de Saúde na Comunidade do Bem, que será entregue em breve e gerida pela Secretaria de Saúde;
- As associações de moradores têm apoio do programa, com especialistas no trabalho social dedicados a auxiliar comunidades na formalização de suas



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

representações, inclusive com suporte jurídico. Assim como existem algumas comunidades com necessidades de criação de Associação de Catadores, por exemplo em Vila Brasil;

- O Promorar atua em articulação com outras Secretarias, como a URB, especialmente em áreas críticas como a saída da Av. Dom Hélder Câmara;
- As unidades e equipamentos públicos construídos pelo Promorar serão operados pelas Secretarias correspondentes, garantindo sua manutenção;
- O Promorar trata do déficit qualitativo da habitação (como situações de coabitação), enquanto o déficit quantitativo é de responsabilidade da Secretaria de Habitação. As famílias reassentadas pelo Promorar serão destinadas para os habitacionais construídos pelo próprio programa.

Degenildo Trajano (PREZEIS), parabenizou a gestão pelo programa, mas lamentou a falta de priorização e articulação com o PREZEIS. Destacou que o programa foi apresentado ao Fórum do Prezeis ainda no início, mas que algumas áreas críticas, como o Z8 – Planeta dos Macacos, seguem sem atendimento. Reforçou que a miséria que justifica a aprovação de recursos para o programa está concentrada nas ZEIS e que, por isso, essas áreas devem ser tratadas com prioridade. Concluiu com o apelo por maior valorização da única lei de iniciativa popular da cidade, defendendo a permanência e fortalecimento do PREZEIS como instância de resistência e participação popular. **Flávio Pedro (Vila Chico Mendes)**, aproveitou a oportunidade para falar dos problemas do caçote, Barro e Areias, pois também representa essas comunidades. Informou que na semana passada, foi feita uma visita ao Hospital da Criança devido ao problema do canal do Caçote. Estamos enfrentando sérios transtornos com o mato alto que está crescendo nas paredes e nas margens, o que tem facilitado o aparecimento de cobras e outros animais peçonhentos. Além disso, o canal está extremamente sujo, resultado das construções próximas, e tem causado uma infestação de muriçocas. Os moradores estão com dificuldades para dormir. Um deles até me pediu para providenciar um



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

abaixo-assinado a fim de solicitar providências quanto à limpeza do canal. Pretendo encaminhar esse pedido à Secretaria responsável para que sejam tomadas medidas urgentes. Reforçou que sua função é dialogar com todos, buscando apoio e soluções para as condições que enfrentam. **Neide Santana (MLM/PE)** elogiou o debate, mas reforçou que seria muito importante que houvesse representantes das Secretarias de Educação e Saúde. Em relação ao lixo, por exemplo, os trabalhos de educação ambiental são fundamentais. Hoje, as crianças parecem estar mais conscientes do que os adultos. Elas aprendem na escola e orientam seus pais. No entanto, os agentes de limpeza urbana deveriam iniciar o trabalho na comunidade às 7h, mas muitas vezes só chegam por volta das 10h ou 11h. Isso leva os moradores a deixarem o lixo na rua sem controle, o que agrava ainda mais o problema. Sobre o programa Promorar, perguntou se ele contempla as pessoas que vivem em situação de rua, que estão lá não estão lá por falta de moradia, mas por conflitos familiares relacionados ao uso de álcool e drogas. Muitos voltam para casa à noite. Também perguntou como será feito o controle para garantir que as casas construídas não sejam posteriormente vendidas. Reforçou que é necessário um critério rigoroso para definir quem realmente precisa dessas moradias. **Paulo André (OLMP/PE)**, congratulou os companheiros e companheiras dos movimentos sociais e das forças vivas que atuam na nossa cidade. Parabenizou também a apresentação do Promorar. Reconheceu o esforço da gestão, mas traz algumas preocupações. Pontuou que as falas refletem a realidade concreta da nossa cidade. Ressaltou o trabalho do Secretário Felipe Curi (SEHAB), que participa tanto das decisões técnicas quanto das visitas às comunidades. Acredita que o sonho dele é o mesmo dos movimentos: fazer com que a política habitacional ganhe o protagonismo que merece. Pontuou que a crise habitacional hoje é mais grave do que em qualquer outro momento dos últimos 40 ou 50 anos, pois atinge de forma desproporcional as populações mais pobres, que vivem em áreas alagadas, sem infraestrutura. Se o programa conseguir atender às demandas apontadas durante a reunião, deixará um grande legado e reforçou que é fundamental trazer o Conselho da Cidade para esse processo. Reforçou que o Programa precisa ser transversal,



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

pois Moradia está relacionada à saúde, à educação, ao meio ambiente e ao saneamento. Não se resolve alagamento sem educação ambiental e sem envolver a população. Reforçou que o trabalho de base, com as organizações que têm capilaridade nas comunidades, é essencial; e que é preciso uma política pública contínua, com recursos suficientes para sustentar a construção de habitações e garantir que sejam destinadas a quem realmente precisa. A contrapartida do município é importante, mas sabemos que sozinha ela não é suficiente. O Estado precisa entrar com mais força. A recente desapropriação de áreas para novos conjuntos habitacionais, como nos Coelhos, é uma iniciativa louvável e deve ser expandida. Finalizou destacando que o Programa deve ir além de números e metas, pois deve transformar vidas e territórios. Na sequência, **Beatriz Menezes (Promorar)**, fez alguns destaques respondendo aos conselheiros (as). Primeiramente, agradeceu a fala de Degenildo, e reforçou acreditar que tudo pode melhorar. Pontuou que o Programa tem dialogado, mas tem consciência que pode ser aprimorado. Estamos abertos a discutir o que for necessário para melhorar o que precisa ser melhorado. Com relação à comunidade Planeta dos Macacos, reforçou que, em algumas comunidades, a solução para o problema de alagamentos não está necessariamente dentro da comunidade, mas sim em impedir que a água chegue até lá. No caso específico de Planeta dos Macacos, por exemplo, a comunidade está localizada na bacia do Jiquiá, próxima a Coquerual. A obra prevista para Sapo Nu deve impedir que uma grande quantidade de água chegue até lá. Quanto ao fato de Planeta dos Macacos não estar incluída nas 40 comunidades beneficiadas, explicou que isso esteja relacionado à presença da Estação de Tratamento de Esgoto. De todo modo, pode verificar novamente essa informação e retornar com a resposta. Gostaria que soubessem que, para nós, enquanto gestão pública, é motivo de grande alegria quando uma comunidade é contemplada pelo Programa — e, por outro lado, uma tristeza quando não é. Nosso sonho é o mesmo que o de vocês: atender as 54 comunidades. Em relação à dificuldade de atender os pleitos apresentados por vocês, eu já havia sido informada anteriormente. Coloco-me à disposição, e acredito que Felipe também está ciente.



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Trata-se de uma questão administrativa, que pode ser encaminhada junto à Secretaria de Articulação Política e Social. Sobre os questionamentos de Flávio Pedro, explicou que Chimboré está incluído no programa. O projeto está sendo desenvolvido no Canal do Caçote. Este canal tem muitos nomes — nos informaram que o nome oficial seria Canal Gregório de Caldas —, então o apelidamos de Canal do Hospital da Criança. Ele integra o componente de macrodrenagem do Promorar. O projeto está quase concluído e já está no BID, aguardando aprovação. É importante que todos saibam que todos os projetos precisam passar pela aprovação do Banco, o que torna o processo de elaboração um pouco mais demorado, pois exige uma análise técnica rigorosa. Sobre a questão das muriçocas, vamos verificar o que pode ser feito. O projeto da obra já está sendo aprovado para que possamos executá-lo. Não sou especialista no assunto, mas vamos consultar os profissionais adequados. Certamente há algo que possa ser feito. Com relação ao que a Sra. Neide mencionou sobre o controle do programa direcionado a moradores em situação de rua, vale esclarecer que o “Moradia Primeiro” é um projeto-piloto. Ele não é o foco central do Promorar, cujo principal objetivo é a urbanização das comunidades. Contudo, dentro do Componente 3 do programa, foi incluído esse piloto, que visa atender cerca de 50 pessoas em situação de rua. É um projeto extremamente inovador — inclusive no contexto brasileiro. Ele já foi implementado em algumas cidades ao redor do mundo, e, se não me engano, a primeira experiência no Brasil foi em Curitiba. Não se trata de construção de imóveis, mas sim de um acompanhamento multidisciplinar da pessoa em situação de rua. A entrada no programa segue critérios específicos, com avaliação da vulnerabilidade e contexto de cada indivíduo. É um tema que exigiria uma apresentação exclusiva. Reforço que não se trata de uma medida simplista, como "pegar um morador de rua e colocá-lo em um imóvel". É um processo que requer atenção e acompanhamento técnico para evitar que a pessoa volte à situação de rua. Talvez em outra ocasião possamos detalhar mais sobre ele. Com relação à fala de Paulo André, pôde captar com clareza a preocupação com a transversalidade. Reforçou que o Promorar é um programa com começo, meio e fim, pois não são uma Secretaria, são um Gabinete,



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

conforme estabelece a própria lei de criação. Essa lei é taxativa ao afirmar que o gabinete existe enquanto o Promorar existir. Todo o trabalho que está sendo feito deve ocorrer em parceria com as Secretarias Municipais, pois são essas instâncias que irão gerir, manter e operar as estruturas que estão sendo implementadas. Explicou que essa transversalidade dentro da Prefeitura foi, inclusive, um desafio no início, mas que agora estão avançando bem nisso, contando com a parceria da Secretaria de Habitação, Saneamento, Mulher, Assistência Social, etc. O trabalho das equipes é intenso, mas tem conseguido integrar essas secretarias e pensar juntas em soluções para os territórios. Sobre a fala de Bernadete, pontuou sua importância pois foi muito pertinente. A impermeabilização do solo é realmente um grande desafio. A Fernanda — coordenadora de projetos — tem uma especialização em urbanização integrada e sempre traz esse olhar cuidadoso. Ao mesmo tempo em que pavimentar é importante, precisamos garantir a permeabilidade do solo. No complexo de lazer, por exemplo, utilizamos piso intertravado, que permite a infiltração da água. Também usamos jardins drenantes e pisos especiais para reduzir o coeficiente de impermeabilização. Essas são algumas das técnicas mais eficazes para combater alagamentos. A equipe de Fernanda, junto com as projetistas, busca sempre esse ponto de equilíbrio. O Promorar tem um viés muito forte de soluções baseadas na natureza, utilizando princípios físicos e químicos naturais para melhorar a vida das pessoas. Por fim, reafirmou o compromisso em continuar esse trabalho conjunto. Nossas equipes seguem à disposição. Espero ter conseguido transmitir o esforço da gestão em construir um programa realmente diferenciado. O Promorar é hoje o maior programa de resiliência urbana financiado pelo BID no mundo — e essa afirmação é do próprio BID, não minha. Finalizando sua fala, **Beatriz Menezes (Promorar)** se despediu e agradeceu a todos, relatando que foi um prazer estar no Conselho da Cidade. **Felipe Cury (SEHAB)** agradeceu as falas de Degenildo e Paulo, destacando a importância de trazer o tema da habitação para a pauta da reunião. Ressaltou que, embora anteriormente tenham tentado não concentrar a discussão apenas na temática da habitação, reconhece que este é um momento importante,



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

especialmente diante da existência de um programa em andamento, com o envolvimento direto do Prefeito. Avaliou que, se concretizado, o programa poderá representar um marco histórico para a cidade, comparável ao Prometrópole, realizado na bacia do Beberibe, que também integrava saneamento e participação social efetiva. Mencionou, por exemplo, a relevância de se resgatar práticas como a criação de comissões de acompanhamento de obras — algo que, segundo ele, já era feito no Orçamento Participativo. Afirmou que algumas dessas práticas são resgates de experiências bem-sucedidas, enquanto outras são inovações, como a política de aquisição assistida, que se buscou implementar no projeto Vila Brasil, ainda que com dificuldades. Destacou que o Vila Brasil é uma obra de longa duração, com cerca de 15 anos, mas que representa um exemplo de projeto de urbanização e habitação integrado à vida da comunidade, sendo algo próximo daquilo que se planejou ao longo da trajetória profissional e militante em política urbana. Mencionou que, nos habitacionais aprovados pelo programa Minha Casa, Minha Vida, haverá integração com o Programa Promorar, como no caso da quadra da Comunidade do Bem), onde o habitacional já está prestes a iniciar, articulado às obras de urbanização na Beira do Rio. Ressaltou que haverá um momento oportuno para aprofundamento da política habitacional durante a atualização do PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social. Destacou que, embora a coordenação da política de habitação esteja sob responsabilidade da Secretaria de Habitação, outros órgãos acabam também executando ações na área, como por exemplo o setor de Saneamento. Explicou que, atualmente, a SEHAB assumiu os habitacionais relacionados ao Promorar e que, internamente, a gestão está buscando estruturar um programa de manutenção para esses conjuntos habitacionais. Informou que os empreendimentos habitacionais Coelhos, Roque Santeiro e Sérgio Lorêto já estão sendo integrados ao Programa Promorar. Por fim, reafirmou o apoio à demanda apresentada por Degenildo em relação à regularização fundiária e sugeriu, com base na fala de Beatriz, que se aproveite o atual momento de discussão da LPUOS para tratar da transformação das áreas de ZEIS já contempladas por ações do Promorar, seja por meio da legislação ou de



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

ações específicas, considerando que se trata de uma demanda legítima, amplamente reconhecida neste Conselho e por diversos participantes. **O Secretário Felipe Matos (SEDUL)** agradeceu a Beatriz pela apresentação sobre o Programa Promorar. Manifestou-se como entusiasta do programa e ressaltou que fez questão de trazê-lo à pauta, especialmente após perceber, na última reunião, que muitos conselheiros ainda não o conheciam. Expressou a expectativa de que a apresentação tenha contribuído para suprir essa lacuna e destacou a importância de incorporar as sugestões feitas, particularmente no que diz respeito à ampliação da participação social. Enfatizou que é fundamental corrigir distorções de poder e garantir que a cidade — especialmente seus representantes — participe ativamente do programa.

Item 3 - Apresentação da Minuta do Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS. **O Secretário Felipe Matos (SEDUL)** explicou que a reunião foi agendada com antecedência de quinze dias, com o objetivo de apresentar aos conselheiros a proposta da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS). Destacou ser fundamental trazer esse debate para o Conselho, reconhecendo que, muitas vezes, os membros não conseguem participar das audiências públicas por diversos motivos. Informou que, no âmbito do processo de escuta pública, foram realizadas treze reuniões, sendo três com o público externo, três com equipes internas da Prefeitura e duas oficinas públicas — uma na EFER - Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire, e outra na UFPE. Acrescentou que, na data anterior à reunião, ocorreu ainda uma audiência pública no Teatro do Parque. Somando os participantes dessas atividades, contabilizou-se aproximadamente 608 pessoas com lista de presença. Com as 200 pessoas presentes na audiência pública do dia anterior, o total de participantes ultrapassou 800 ao longo de todo o processo. Observou que muitos conselheiros já assistiram à apresentação em outros momentos, e por essa razão



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

considerou desnecessária sua repetição integral na reunião atual, a fim de otimizar o tempo disponível. Citou como exemplo o conselheiro João José, que participou de pelo menos quatro apresentações, e Sandro Guedes, que também esteve presente em diversas ocasiões. Afirmou que sua fala teve como objetivo verificar se todos os representantes presentes se sentem devidamente incluídos no processo em curso. Questionou se suas representações, setores ou categorias têm participado e contribuído de forma efetiva. Informou que a proposta atualmente encontra-se em tramitação na Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Destacou que a expectativa é que o projeto seja pautado até meados de maio. Reconheceu a existência de dúvidas quanto à forma de verificar se as contribuições foram efetivamente incorporadas, e, nesse sentido, reforçou que cabe aos representantes deste Conselho dar retorno às suas respectivas bases. Explicou que, após a fase de escuta ativa, o processo entra na etapa de consolidação e tramitação legislativa, na qual a participação se dá de maneira indireta, por meio dos representantes. Acrescentou que todo o material produzido (textos, apresentações) está disponível e aberto para contribuições no site do Conselho da Cidade. Solicitou que os conselheiros incentivem suas bases a se engajarem no processo, de modo a permitir que a proposta final reflita, dentro do possível, os diversos interesses. Reconheceu que o consenso absoluto é inalcançável, dada a pluralidade de visões de mundo, mas reforçou a importância de se buscar um mínimo de convergência. Relatou que, durante a audiência realizada no dia anterior, um participante comentou: “Vim para uma reunião sobre parcelamento e estão falando de habitação”. Explicou que isso ocorre porque uma Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo que não viabilize o acesso à moradia compromete a própria lógica de funcionamento da cidade. No Recife, cerca de 60% da população — pessoas com renda entre R\$ 1.500 e R\$ 8.000 — não consegue adquirir um imóvel dentro dos limites do município. Para aqueles com renda inferior, o poder público tem atuado com políticas específicas, como o Programa Promorar, que promove ações de urbanização, contenção de encostas e provisão de condições mínimas para uma moradia digna nos territórios já ocupados. Relatou, ainda, que no seu



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

primeiro dia de trabalho na Prefeitura, em 4 de janeiro de 2021, realizou uma visita a uma comunidade, onde se deparou com uma situação crítica: esgoto a céu aberto, habitações precárias e ausência de infraestrutura básica. A partir dessa experiência, iniciou-se a concepção do que viria a ser o Programa Promorar. Após as fortes chuvas ocorridas nos dias 27 e 28 de maio de 2022, o Prefeito convocou a equipe e, com visão estratégica, orientou que aquele fosse o marco para iniciar uma transformação estrutural nas áreas de risco da cidade. Destacou que, com coragem e sensibilidade, foi realizado trabalho de campo, e a partir dessas ações estruturou-se uma política pública voltada às populações mais vulneráveis — justamente aquelas que historicamente têm sido negligenciadas pelo Estado. Ressaltou, por fim, que esse processo também evidenciou a existência de uma “faixa intermediária” da população, composta por pessoas que não se enquadram nos critérios de políticas sociais, mas que também não possuem renda suficiente para acessar o mercado formal de habitação, estando, portanto, completamente desassistidas. Por essa razão, ao construir a nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, não se pode ignorar a realidade socioeconômica do município. Com os dados atualizados do novo Censo, o poder público dispõe de instrumentos mais precisos para projetar políticas públicas eficazes. Reconheceu que a proposta em debate não representa uma solução mágica, mas sim uma medida concreta para o enfrentamento dos desafios urbanos. Mencionou que, durante as discussões, um dos participantes afirmou que “a lei não constrói escola ou unidade de saúde”. Contudo, destacou que a legislação urbanística pode — e deve — criar as condições urbanas, fiscais e territoriais necessárias para viabilizar tais equipamentos públicos. Afirmou que uma cidade com boa capacidade de arrecadação, planejamento adequado e estrutura institucional consolidada é capaz de garantir direitos fundamentais à população. Manifestou a expectativa de que o Conselho da Cidade possa concluir seu mandato contribuindo para esse avanço histórico no ordenamento territorial do Recife. Enfatizou que, embora o texto da proposta ainda possa ser aprimorado, já representa um instrumento robusto e necessário para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade. Após sua fala,



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

franqueou a palavra para os conselheiros (as) se manifestarem. **Mariana Asfora (ICPS)** explicou que todas as contribuições estão sendo colhidas com o devido cuidado, mas destacou a importância de que essas contribuições sejam encaminhadas de forma objetiva, a fim de facilitar o trabalho de sistematização. Ressaltou que, por exemplo, têm sido recebidas diversas sugestões relacionadas à possível flexibilização na análise de aspectos históricos, e que é necessário compreender o sentido exato dessas proposições para que possam ser adequadamente respondidas. Informou que o objetivo da equipe técnica é apresentar ao final do processo, no âmbito do Conselho, um relatório consolidado com todas as contribuições recebidas, indicando quais foram incorporadas, quais não foram e, neste último caso, os respectivos motivos para a não incorporação. Para isso, reforçou a necessidade de maior clareza e objetividade nos apontamentos enviados. Acrescentou ainda que, além dos eventos presenciais já realizados, estão disponíveis canais digitais para o recebimento de contribuições, como o formulário online no site do Conselho da Cidade e o e-mail institucional oficial. **João José (MLPC/PE)** destacou que todo esse processo de debate sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), bem como sobre o Plano Diretor, já vem sendo construído há bastante tempo no âmbito do Conselho da Cidade. Mencionou que participa desde a primeira Conferência, que atualmente se encontra na sua sexta edição. Ressaltou que, ao longo desse percurso, muitos aprendizados foram acumulados. Pontuou que o momento atual é propício para críticas construtivas — não críticas pela crítica — com o intuito de contribuir com elementos que fortaleçam o processo. Reconheceu que, por vezes, há momentos de exaltação nas discussões, mas que isso faz parte da condição humana e do exercício democrático. Referiu-se a avanços ocorridos no processo recente, especialmente no que diz respeito à ampliação dos espaços de escuta, embora também tenha reconhecido que, em momentos anteriores, houve atropelos que comprometeram a construção coletiva. Destacou positivamente a atuação de Mariana Asfora (ICPS), que tem contribuído para uma mudança de atitude, promovendo maior abertura e disposição ao diálogo. Observou que nem sempre os



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

processos se concluem da forma ideal, pois diferentes segmentos da sociedade possuem tempos e ritmos distintos. Enfatizou a importância de continuar construindo a cidade do Recife de forma participativa, promovendo melhorias nos processos de planejamento e gestão urbana. Citou o Programa Promorar como uma iniciativa importante, mas defendeu que se pense também em outras áreas da cidade que carecem de investimentos. Sugeriu a necessidade de buscar novas fontes de financiamento para o Fundo de Desenvolvimento Urbano, defendendo maior articulação com a sociedade civil para captar recursos, inclusive via instrumentos como doações incentivadas no Imposto de Renda, semelhantes aos fundos da criança, do adolescente e do idoso. Por fim, reforçou que o debate em torno da LPUOS e da revisão da Lei de Parcelamento, com quase 30 anos de vigência, é de fundamental importância. Ressaltou a necessidade de ampliar a aplicação efetiva da política urbana, com foco especial na habitação de interesse social e na integração com outras políticas públicas que garantam habitabilidade e dignidade para a população. Encerrou destacando seu comprometimento com a cidade e com a construção de um Recife mais justo e inclusivo. **Bernadete Alves (CEPAS)** afirmou que gostaria de reforçar um ponto importante. Comentou que, quando se diz que “talvez a gente não tenha alcançado” determinado público, isso deixa ainda mais evidente que, apesar dos esforços da gestão municipal — reconhecidamente eficiente na comunicação e na publicidade pelas redes sociais —, ainda falta fortalecer a escuta direta nas comunidades. Ressaltou a necessidade urgente de reativar esse canal de comunicação mais próximo e direto com a população, promovendo o diálogo “no pé do ouvido”, como costumava ocorrer. Destacou que é fundamental trazer a discussão para mais perto das comunidades, pois essas populações têm muito a dizer e a contribuir com o processo. Finalizou enfatizando que é essencial garantir a escuta qualificada das comunidades, especialmente daquelas que não conseguem participar de audiências públicas formais, mas que demonstram interesse e envolvimento quando têm acesso às propostas. **Degenildo Trajano (PREZEIS)** esclareceu que, ao falar em nome do PREZEIS, é importante não distorcer a posição da entidade. Afirmou que, em



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

nenhum momento, o PREZEIS critica a gestão municipal de forma generalizada ou nega que existam investimentos nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Recife — o que, segundo ele, seria absurdo afirmar. No entanto, apontou que o problema central está na não observância da Lei do PREZEIS por parte da Prefeitura. De acordo com a legislação, toda intervenção nas ZEIS deveria, no mínimo, passar pelo crivo do PREZEIS, o que não vem acontecendo. Mencionou que, embora estejam sendo investidos milhões em projetos — como no caso do Programa Promorar — essas ações não são discutidas com o PREZEIS, o que configura um esvaziamento do papel do órgão e a neutralização de sua função na cidade. Ressaltou que o PREZEIS não busca decidir sobre os investimentos, mas exige ser ouvido, conforme previsto em lei. Destacou ainda que, desde 2014, não há registro de novos aportes financeiros no Fundo do PREZEIS destinados a obras em áreas ZEIS, o que, agrava ainda mais a situação. Defendeu que essa ausência de participação e de recursos enfraquece o papel do PREZEIS, apesar de sua disposição histórica de colaborar com a gestão e com todos os setores envolvidos na construção da cidade. Em relação à discussão da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), comentou que é natural que o tema da habitação surja, uma vez que diversos artigos da minuta, do artigo 4º ao 34, tratam das ZEIS — e, portanto, inevitavelmente tocam na temática habitacional. Considerou inadequada qualquer tentativa de dissociar a discussão de parcelamento urbano da questão da moradia, que está diretamente implicada no ordenamento do solo. Por fim, solicitou ao Secretário que a proposta de lei abra espaço para que novas Comunidades de Interesse Social (CIS) possam ser transformadas em ZEIS, como ocorreu em processos anteriores, na criação da lei em 1983 e na última revisão do Plano Diretor, e, destacou que a decisão de incluir essa possibilidade é uma escolha política. Reforçou que é fundamental que a vontade do plenário do Conselho da Cidade seja respeitada. Na revisão anterior do Plano Diretor, houve ampla construção coletiva, com acordos entre sociedade civil, governo e setor empresarial. Porém, quando o projeto chegou à Prefeitura e à Câmara Municipal, muitos desses consensos foram desconsiderados. O que foi



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

aprovado na Conferência foi, posteriormente, modificado por vereadores, o que causou grande frustração e desgaste com os movimentos sociais. Espera que, desta vez, isso não se repita. Ratificou que o PREZEIS deseja ser parceiro da gestão, mas exige respeito aos processos participativos e à vontade popular expressa nas conferências e nos espaços de diálogo institucional. **Sandro Guedes (ADEMI/PE)** destacou dois pontos. Primeiro, em relação ao que vimos pela manhã no âmbito do Programa ProMorar, que é um programa interessantíssimo, especialmente pela ocupação das áreas sob o viaduto, que vem sendo feita de forma integrada com a comunidade e com o novo conjunto habitacional. A inclusão de áreas de lazer, cultura e esporte reforça essa integração, que é um marco, pois trata-se não apenas de habitação, mas da qualificação do espaço urbano. Isso mostra que estamos no caminho certo — um caminho já previsto pelo Plano Diretor. Afinal, viver bem é diferente de apenas morar. É preciso ter acesso a espaços públicos qualificados, infraestrutura adequada e serviços que garantam qualidade de vida. Sobre a LPUOS, é importante distinguir as etapas: tivemos o Plano Diretor, agora estamos na fase da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e depois virão outras políticas públicas. A LPUOS concentra-se, agora, em um problema evidente e urgente: a habitação. Isso foi diagnosticado no processo de revisão e justifica o foco atual. Não se trata apenas de habitação popular. Tudo está interligado, como por exemplo o programa Minha Casa Minha Vida, em todas as faixas, que fazem parte de uma mesma dinâmica urbana. Recife é uma cidade em que convivem diferentes faixas sociais lado a lado. A cidade é inclusiva por natureza, e a legislação deve refletir isso. O trabalho técnico feito até aqui tem sido extenso, com reuniões semanais, participação de arquitetos, engenheiros, administradores e outros profissionais. Muitos de nós já lemos essa minuta diversas vezes. Cada artigo está sendo cuidadosamente analisado. O momento agora é de ajuste fino, de colaboração. A minuta está madura e é hora de finalizar esse processo de forma democrática, colaborativa e participativa. Agradeço a oportunidade de estar presente nessa construção coletiva, que só fortalece a participação social. **Cristinalva Lemos (CENDHEC)** relatou que esteve presente



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

em uma das oficinas e também participou da audiência pública. Reforçou a importância de garantir a participação de todos os segmentos da população. Embora quase mil pessoas tenham participado das apresentações, é fundamental assegurar que as comunidades das ZEIS e demais áreas de interesse social possam contribuir a partir da sua realidade. Estar aqui como representante é uma coisa; outra é conseguir trazer as demandas reais das comunidades. Por isso, peço que o prazo para contribuições não se encerre no final do mês. Entendeu os argumentos do Secretário sobre a importância de o Conselho votar, mas temos um feriado no meio do caminho e, como foi dito por outros colegas, há uma desmobilização ocorrendo nas comunidades, por vários motivos. Precisamos de tempo para levar esse debate às comunidades e trazer de volta contribuições consistentes, que reflitam de fato a voz da população. Por fim, defendeu que a lei seja, de fato, construída por e para todos. Finalizando, o **Secretário Felipe Matos (SEDUL)** agradeceu a participação de todos(as) e encerrou a reunião. Sem mais nada a acrescentar, eu, Tarciana Cecília Medeiros Lopes, lavrei a presente Ata, que será assinada, abaixo, pelos conselheiros (as) presentes na próxima reunião.

Conselheiros PRESENTES		
NOME/INSTITUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Henrique Cavalcante de Queiroz Filho (SAPS - Suplente)	On-line	
Ana Cláudia de Sá Carneiro Mota (URB - Suplente)	Presencial	
Antônio Henrique Cavalcanti de Oliveira (CTTU - Titular)	On-line	
Augusto Ferrer de Castro Melo (IAB/PE - Suplente)	Presencial	
Bernadete Alves dos Santos (CEPAS - suplente)	Presencial	
Bruna Anciolly (SEDUL - Suplente)	Presencial	
Cristinalva Quintino Santos Lemos (CENDHEC - Titular)	Presencial	
Daniel Valença (AMECICLO - Titular)	On-line	



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Danielle de Melo Rocha (MDU/UFPE - Titular)	Presencial	
Degenildo Trajano da Silva (PREZEIS - Titular)	Presencial	
Elka Porciúncula (SINDUSCON - Suplente)	Presencial	
Felipe Curi Pereira da Silva (SEHAB - Titular)	Presencial	
Felipe Matos (SEDUL/Presidente CONCIDADE)	Presencial	
Flávio Pedro da Silva (Vila Chico Mendes - Suplente)	Presencial	
Gelisa de Lara Couto Bosi (SDEC - Suplente)	On-line	
Giancarlo Costa dos Lírios (MLRT - Titular)	Presencial	
Glauce Margarida da Hora Medeiros (SEMUL - Titular)	Presencial	
Guilherme Mota Gomes (SEINFRA - Suplente)	On-line	
Hélio da Guabiraba (CMR - Titular)	Presencial	
Ivson Santos Barbosa (SINDILOJAS - Suplente)	On-line	
Jefferson Rodrigues Maciel (SMAS- Suplente)	On-line	
João José da Silva (MLPC - Titular)	Presencial	
José Fernandes (ICPS - Titular)	Presencial	
José Rosival Ribeiro dos Santos (SEHAB - Suplente)		
Larissa Menezes (GPPC - Titular)	Presencial	
Lenivaldo Souza dos Santos (ABES - Suplente)	On-line	
Luís Henrique Veiga Farias de Lira (URB - Titular)	Presencial	
Márcio Silva de Miranda (SECOVI - Suplente)	On-line	
Maria do Carmo Martins de Santana (MLB - Titular)	Presencial	
Maria da Glória de Souza Brandão (ICPS - Suplente)	Presencial	
Maria Lúcia da Silva (MNLM - Titular)	Presencial	
Mariana Asfora de Medeiros (ICPS - Titular)	Presencial	



Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 09 de abril de 2025

Maurício Pina (Grande Recife - Titular)	On-line	
Neide Maria de Santana (MLM/PE - Suplente)	On-line	
Nayara Núbia Gouveia Leitão Haluli (SEDUL - Suplente)	Presencial	
Rinaldo Júnior (CMR - Titular)	Presencial	
Sandra Pires Barbosa (OAB/PE - Titular)	Presencial	
Sandro Ricardo Nascimento Guedes (ADEMI - Suplente)	Presencial	
Simone Osias (SESAN - Suplente)	Presencial	
Suely Vasconcelos Mangabeira (CAU/PE - Suplente)	Presencial	